



O MINISTRO, O FIDALGO E AS CORTES: POLÍTICA LUSITANA NO SÉCULO XVIII SOB A ÓTICA DE SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO

Julio Cesar da Costa Silva³⁸²
Mestrando em História – UFES

RESUMO: Os monarcas europeus que reinaram no século XVIII conviveram com o fenômeno da Ilustração, algo que abarcou a Europa do período de maneira inegável. Tal movimento era crítico dos poderes reais estabelecidos, da sociedade e da maneira como as ideias eram difundidas entre seus intelectuais. No processo, os reinos precisariam que seus “Homens notáveis” (ministros, diplomatas e os próprios intelectuais) refletissem sobre os acontecimentos contemporâneos, buscando uma maneira de coexistir com este cenário político e científico, bem como absorvê-lo. Neste trabalho, teremos como foco a análise do caso português, dando ênfase a segunda metade no século XVIII, no reinado do monarca D. José I (1750-1777) e de um de seus ministros mais influentes, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Buscaremos examinar a Corte Portuguesa, tendo como objeto a trajetória de ascensão política do próprio Carvalho e Melo, observando como se deu a relação entre o monarca, seu ministro e as cortes portuguesas.

Palavras-chave: História Moderna; Política portuguesa; Cortes; Carvalho e Melo

ABSTRACT: The European monarchs who reigned in the eighteenth century lived with the Enlightenment phenomenon, which encompassed Europe the period of undeniable way. This age was critical of the real powers established, society and the way ideas were spread among its scholars. In the process, the kingdoms need their "remarkable Men" (ministers, diplomats and the scholars themselves) to reflect on contemporary events, seeking a way to coexist with this political and scientific field as well as absorb it. In this paper, we focus on the analysis of the portuguese case, focusing on the second half of the eighteenth century, the monarch's reign Joseph I (1750-1777) and one of his most influential ministers, Sebastião José de Carvalho e

³⁸² Mestrando vinculado ao programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), com o projeto intitulado *O Terremoto de Lisboa de 1755 e a construção política de Sebastião José de Carvalho e Melo*, orientado pela prof.(a) Dr.(a) Patrícia M. S. Merlo. Email: julicostasilva@live.com.

Melo, the Marquis of Pombal . We seek to examine the portuguese court, having as prime object the political ascent trajectory of Carvalho e Melo himself, observing how was the relationship between the monarch , his minister and the Portuguese courts.

Keywords: ModernHistory; Portuguesepolitics; Court; Carvalho e Melo

O Contexto lusitano no início do século XVIII

O século XVIII teve como marco em sua história, indubitavelmente o fenômeno ilustrado que modificou de maneiras distintas as nações envolvidas. Nos casos de ilustrações católicas como a de Portugal e Espanha, de ilustração italiana, inglesa, francesa, uma a uma, características diversas compunham o então processo chamado de “ilustração”. Este exigia uma racionalização maior que possibilitassem o diálogo coerente entre movimentos de características tão próprias³⁸³.

Para além do já citado processo de modificação intelectual, a Idade Moderna foi caracterizada também pelo movimento expansionista europeu, no qual Portugal iniciou com grande destaque no século XV. Desde então, surgia na coroa uma nova região de poder. O Rei passava a ter em suas mãos o poder de conceder uma série de privilégios financeiros para os indivíduos associados a esse processo expansionista, constituindo assim o desdobramento de uma cadeia de poder e redes hierárquicas, que se expandiam do Reino, até as possessões mais longínquas³⁸⁴.

Neste processo, uma característica constante da administração lusitana era a busca pela garantia da manutenção de *status quo*, em um projeto que unia a aristocracia e instituições que a favoreciam. Esse processo foi definido pelos historiadores João Fragoso e Manolo Florentino como sendo um projeto claro e assumido de manutenção da fidalguia³⁸⁵, mas ainda restrita. Segundo os autores:

³⁸³ As discussões sobre os conceitos de modernidade são interessantíssimas e incrivelmente ricas em fontes e abordagens. Apenas para citar alguns exemplos de tratamentos do tema, pode-se recomendar caso haja maior interesse: LOPES (2012); PRADO (2004) e SANTOS (1993).

³⁸⁴ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português: 1645-1808. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda Baptista e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Orgs.). O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 288.

³⁸⁵ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840 – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.224-225.

O acesso a terras e a homens permitia ao homem livre pobre tornar-se lavrador, com o que se detecta ter existido em algum grau de mobilidade intrínseca à economia colonial. Entretanto, [...] a ele estava vedado o acesso às atividades mais lucrativas – as de natureza mercantil, sobretudo as vinculadas ao comércio exterior –, as quais, desse modo, se erigiam em atividades exclusivas dos agentes detentores de liquidez.

Desse modo, a possibilidade de ascensão social e econômica [...] transformase em um sólido e eficaz mecanismo de exclusão³⁸⁶.

Contudo, é importante ressaltar que o processo foi de concentração de poder, e não necessariamente de centralização. Ou seja, o poder se concentrou em uma aristocracia que se utilizava de mecanismos para se perpetuar no poder. Nem mesmo a inserção de novos mercados ou cenários de jogos político-econômicos (o comércio ultramarino, que se mostrava amplamente lucrativo para os que tinham condições de exercê-lo) foi capaz de alterar este cenário em tela, que levava todas as decisões para o centro do império, enquanto os poderes locais decidiam apenas o que lhes competia regionalmente. A autoridade política passava a emanar desse *lugar*, que ditava modelos comportamentais e respondia política e socialmente sobre o que o cercava³⁸⁷.

Em tal contexto de disputas intensas pelo monopólio político, monarcas e nobres dependiam uns dos outros. Os nobres por causa de mercês e pensões reais, e o rei dependia de aprovações de impostos e de legitimação de seu próprio poder. Dito de outra maneira, os monarcas dependiam da convocação e aceitação dessas esferas de poder que competiam consigo, e com isso movia suas peças no xadrez político, sendo um dos exemplos mais notórios a convocação *Conselho de Estado*³⁸⁸. Quanto mais estável ou bem administrado o reino, menor a necessidade do Monarca depender de outros *corpos* para tomar suas decisões, quanto mais territórios disponíveis, mais fácil seria para o monarca controlar seus nobres de maneira “invisível”.

Um dos momentos que deixa às claras estas relações de poder em Portugal, talvez tenha sido descoberta da região aurífera brasileira na primeira década do século

³⁸⁶ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo, 2001, p. 227

³⁸⁷ ELIAS, Norbert. *Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 8

³⁸⁸ O Conselho de Estado era um órgão administrativo de auxílio às decisões do Rei. Inicialmente. No período medieval e no moderno, este conselho votava demandas escolhidas pelo próprio Rei, sem autonomia de colocar em pauta novas problemáticas. É um órgão semelhante à Assembleia dos Estados Gerais na França.

XVIII³⁸⁹. Com o aumento da receita real, fruto do afluxo de ouro, a dependência do monarca em relação aos fidalgos cortesãos diminuiu significativamente. Na verdade, o governo de D. João V (1707-1750) é marcado, dentre outros fatores pela opulência aurífera. Entretanto, para nós é mais interessante nos atentarmos a uma consequência deste evento. É o que nos mostram os historiadores portugueses Mafalda Cunha e Nuno Monteiro, ao afirmarem que o que ocorreu no período Joanino foi uma gradativa ascensão de aristocratas da confiança pessoal de D. João V, que viriam seguidamente ocupar os cargos burocráticos. Na verdade, mais do que isso. Os cargos burocráticos da Coroa alcançaram um momento distinto na história lusitana. Segundo os autores,

Tudo isso começa a mudar [o sistema político de participação dos Conselhos nas decisões estatais], embora de forma incompleta, durante o reinado de D. João V (1706-1750). Redefinidas as hierarquias na sociedade de corte pela recentragem da mesma na capela real feita Patriarcal, o Conselho de Estado vai entrar num longo estertor e deixa de se reunir nos anos vinte.[...] O sistema polissinodal já está, em parte, perturbado. Mas o «sistema ministerial», criado no papel, ainda não o substituiu³⁹⁰.

Imerso neste contexto, D. João V começou a observar a necessidade de maior preparo de funcionários para que tivessem a habilidade necessária na resolução de conflitos internacionais com seus pares, com a menor quantidade possível de perdas para a coroa a qual representavam. Atuando como uma extensão da corte no exterior, esses funcionários eram aristocratas e deveriam reproduzir o modelo de sociabilidade de sua corte de origem, inclusive como forma de demonstrar a opulência da coroa.

Foi através deste cenário de disputas por prestígio que se desenvolveu a coroa portuguesa no século XVIII. De um lado, uma corte se reunida em torno de um rei que, aliado a uma força clerical, concedia uma série de privilégios e garantia por este meio seu prestígio, assegurando-se no poder. Por outro lado, a concessão de privilégios diversos aos fidalgos diluía ao longo do império português o poder do monarca. Dito de outra maneira, o Rei detinha poder centralizado na Coroa, e não no império, mas não houve incômodos ao poder real, pois Lisboa ainda era o centro

³⁸⁹BOXER, Charles. O império marítimo português: 1415-1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.170.

³⁹⁰CUNHA, Mafalda; MONTEIRO, Nuno. Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII. In CUNHA, Mafalda Soares y FRANCO, Juan Hernández (orgs.), Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica. Elementos pra uma História Comparativa. Lisboa, Edições Colibri, CIDEHUS - Universidade de Évora, Universidade de Murcia. 2010, p. 60.

administrativo do império, garantindo que, ao fim, as decisões ainda passassem, necessariamente por Portugal. Como destacado pela historiadora Maria de Fátima Gouvea, as cortes, as embaixadas e os demais cargos administrativos representavam um sistema construído com uma lógica progressiva. A nomeação para certas regiões ou funções no império implicava, necessariamente, numa hierarquia governativa no interior da administração portuguesa³⁹¹.

Podemos ainda destacar que foi durante o reinado joanino que a figura do rei ganhou importância e maior proximidade com seus sucessivos secretários. Em grande parte do século XVIII, foi este o local do qual se emanava as decisões, era este o *lugar de poder*, tomando de empréstimo a teoria proposta por Bourdieu afirmando que além de algo dinâmico, as relações de poder são construídas através da garantia de que os adeptos da desta disputa carreguem uma quantidade de força, seja ela gerada pela tradição ou pelo capital e que o objetivo final seria o controle do monopólio desta relação, ou seja, o controle daquela sociedade, em última instância³⁹².

Para além disso, sabemos que foi o próprio monarca quem definiu as áreas de atuação das Secretarias de Estado, a saber: Secretaria dos Negócios Interiores do Reino, responsáveis pelos principais despachos e administração de Portugal, de finanças até instrução pública; a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, cuja função era a administração dos assuntos relativos às relações externas (com outras coroas) e organização do Exército; e a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, cuja função principal era auxiliar a administração das possessões portuguesas em suas conquistas além-mar³⁹³.

A Questão era clara, quem se propusesse a entrar na política lusitana almejava estar cada vez mais próximo do monarca, o que representaria compor a Secretaria dos Negócios Interiores do Reino, e a disputa entre os nobres pela atenção régia era constante. Mesmo com a ascensão de outro monarca, D. José I, o regime secretarial se manteve. Na verdade, podemos dizer que ele inclusive ganhou ainda mais

³⁹¹GOUVEA, 2001, p. 304

³⁹²BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 28-29.

³⁹³FIGUEIREDO, Antônio Pereira. Elogio dos reis de Portugal. Lisboa: Off. De Simão Thaddeo Ferreira, 1785, p. 251.

prestígio, fato evidenciado com a presença de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que de uma secretaria conquistou a outra e assegurou para si funções bem semelhantes às de um “primeiro-ministro”. Seu objetivo ao ingressar na vida pública era idêntico ao de seus rivais: participar da esfera mais particular da corte lusitana, o que no caso Josefino se tratava de interagir com as secretarias.

A trajetória de Sebastião José de Carvalho e Melo: De fidalgo à secretário

Nascido em maio de 1699 na cidade de Lisboa, Tereza Luiza de Mendonça e Melo e Manuel de Carvalho e Ataíde presenciaram o nascimento daquele que seria seu filho mais notável. De maneira geral, as informações sobre a família de Pombal são bastante escassas. Seu pai, Manuel de Carvalho, é descrito como um homem da fidalguia, mas, de pequena fortuna e prestígio. Havia servido nas armadas da costa e depois se tornado capitão de cavalos³⁹⁴. Este fator em si já o afastaria do centro de Lisboa, pois era filho de uma longa família sem títulos de peso ou com um nome que os amparasse.

De sua infância e instrução pouco se sabe. João Lucio de Azevedo afirma que ele teria de fato cursado direito em Coimbra e por lá teria ficado mais alguns anos de sua juventude³⁹⁵, enquanto outros pesquisadores, à exemplo do também português Mário Domingues asseguram que ele não frequentou universidade alguma, mas adquiriu seus conhecimentos ao longo de sua carreira e por esforço autodidata³⁹⁶.

A primeira oportunidade que tivera para ingressar na vida cortesã foi quando, por volta de 1723, interessou-se por uma senhora de nome Thereza de Noronha e Bourbon Mendonça e Almada, filha dos condes de Arcos e única herdeira dos Almadás. Por considerarem a família de Sebastião José indigna, recusaram o matrimônio de maneira efusiva, o que mesmo assim não impediu o jovem Sebastião José, como podemos observar no texto abaixo:

A família de D. Thereza opôs-se formalmente a este enlace. Semelhante aliança, no modo de ver d’eles, era uma deshonra, mas não obstante, todos os embaraços, uma noite, a graciosa viúva, auxiliada por um lençol, fugia

³⁹⁴AZEVEDO, João Lúcio. O marquês de Pombal e sua época. São Paulo: Alameda, 2004, p. 18. O capitão de cavalos era um nobre que deveria, do próprio bolso, preparar e aparelhar cavalos para si e sua tropa, que geralmente contavam com poucas dezenas de cavaleiros.

³⁹⁵Idem

³⁹⁶DOMINGUES, Mário. O Marquez de Pombal: o homem de sua época. Lisboa: Romano Torres, 1955, p. 29.

por uma das janelas do Palácio dos condes d'Almada, no Largo de S. Domingos e caía nos braços do seu eleito.³⁹⁷

Por este ato de bravura e ingenuidade, Carvalho e Melo esperava eventualmente ser aceito após tornar-se esposo da viúva Condessa, o que nunca aconteceu e ainda gerou para si um sombrio legado, frustrando seu plano inicial e obrigando-o a retornar para possessões interioranas, sem conseguir nenhum herdeiro desta união³⁹⁸. Protegido e financiado pela sua família, tentou aproveitar o prestígio de seu pai para ingressar nas Armas mas também foi em vão³⁹⁹. Escolhera errado ao apontar suas esperanças ao nome do pai, e logo percebeu o equívoco.

Começou a aproximar-se de seu Tio, Paulo de Carvalho e Ataíde (1679 - 1737) sacerdote e professor na Universidade de Coimbra o que possibilitou seu retorno seguro a Lisboa, uma nomeação a Real Academia de História e, nos anos 20, a integrar provisoriamente a Academia dos Ilustrados, além da aproximação com o epicentro das decisões, o que facilitaria alcançar postos políticos que porventura estivessem em vacância. de herança e morgadios quando seu tio veio a óbito⁴⁰⁰. Mas Carvalho e Melo aproveitaria sabiamente as oportunidades que seu tio abrisse.

Antes de falecer, Paulo de Carvalho e Ataíde havia o apresentado e o defendido piamente perante o “braço direito” de D. João V, D. João da Mota e Silva, mais conhecido como Cardeal da Motta (1685-1747), que mesmo com severas desconfianças, creditou na palavra de seu amigo e inseriu Sebastião José no círculo político de Lisboa. É interessante perceber que Carvalho e Melo não tinha experiência qualquer em tratos diplomáticos, o que gerou desconforto em alguns nobres da corte, que se achavam muito mais capazes que este “fidalgote”.⁴⁰¹

Por mais que pareça paradoxal, a prática não era de todo incomum no Antigo Regime. A teoria e a prática, nesse caso ainda eram de certa forma distantes, é o que nos revelam Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro em seu estudo sobre Aristocracia, Poder e Família em Portugal, séculos XV-XVIII:

³⁹⁷BARROS, Francisco Lobo. Altos Feitos do Marquez de Pombal. Lisboa: Typ. de Mattos Moreira & Cardoso, 1882, p.3

³⁹⁸BRANCO, Camilo Castello. Perfil do Marquez de Pombal. Porto: L.Couto& Ca., 1882, p.43.

³⁹⁹DOMINGUES, 1955, p. 31.

⁴⁰⁰MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p.2.

⁴⁰¹BRANCO, Camilo Castello, 1882, p. 43

Assim, se no século XVIII a aristocracia tendeu a monopolizar os principais cargos políticos e com eles as principais distinções, há que reconhecer o potencial de mobilidade social conferido pelo desempenho de funções políticas de carácter mais técnico como é o caso dos ofícios judiciais e administrativos nos conselhos e secretarias de Estado, dos postos diplomáticos e dos cargos militares. Por avaliar, com dados empíricos mais consistentes, estão as relações estabelecidas entre estes membros dos segmentos inferiores da nobreza com a aristocracia e o papel desempenhado por essas conexões na consolidação e preservação do próprio poder da elite aristocrática.⁴⁰²

Apesar das críticas, deixando sua esposa em Lisboa, que faleceu poucos meses depois da partida, viajou para as terras bretãs e foi recebido em audiência pública no dia 29 de Novembro de 1738, pouco mais de um mês após sua chegada, e lá foi doutrinado e orientado por Marco Antônio de Azevedo e Coutinho (1688 - 1750), que havia feito carreira diplomática e estava retornando à corte joanina para assumir como Ministro de Assuntos Exteriores e de Guerra em 1736.⁴⁰³

Marco Antônio, apesar do eminente retorno à Lisboa, alongou ainda sua permanência em Londres, instruindo Sebastião José a respeito das negociações e trâmites diplomáticos. A regra ainda era clara: apelar para os experientes, mesmo quando se lançavam novos nomes para cargos já conhecidos. A mentalidade de experiência aliada com competência parece ter se tornado intrínseca.

A atuação de Carvalho e Melo em Londres, infelizmente não pode ser amplamente discutida aqui, mas levantaremos alguns pontos principais. Carvalho e Melo havia recebido de Sua Majestade demandas objetivas: Deveria solicitar apoio militar substancial nas possessões portuguesas no oriente, que estavam sofrendo ataques constantes, principalmente por locais insatisfeitos; deveria observar de perto quais pareciam ser as reais intenções inglesas na expansão da influência no rio Prata, na colônia de Sacramento (região que atualmente está localizada no Uruguai) e se havia algum plano exposto quanto a isso e, em última instância, conseguir vantagens comerciais no comércio dos vinhos portugueses junto ao Parlamento, já que estes eram há muito consumidos na Inglaterra, mas estavam sofrendo com desleal concorrência dos comerciantes britânicos onde deveriam predominar os

⁴⁰² KOROBTCHENKO, Julia. A secretaria de estado dos negócios estrangeiros e da guerra: A instituição, os instrumentos e os homens (1736-1756). 2011. 198f. Dissertação. FLUL, Universidade de Lisboa, p. 36.

⁴⁰³ CORREIA, Patrícia. Cronologia Marquês de Pombal (1699-1782). Camões - Revista de Letras e Culturas Lusófonas, Lisboa, nº 15-16, 2003, p. 212

portugueses⁴⁰⁴.

O fato é que, mesmo com a tutela de alguém experiente, Carvalho e Melo não obteve o reconhecimento nem de seus compatriotas, nem dos ingleses, que inclusive viam os diplomatas portugueses com um certo desdém. Apesar dos incansáveis esforços de Sebastião José, não obteve êxito em nenhuma das pautas solicitadas por D. João V. Os vinhos nunca foram incluídos na pauta do Parlamento britânico enquanto estivera em solo britânico, o apoio às colônias na Índia não passou do campo verbal e a peleja na colônia de Sacramento entre Portugal e Espanha perdurou por mais alguns anos, tendo os ingleses apoiado discretamente os lusos nas negociações.⁴⁰⁵

Sobre os legados levados nos ombros de Sebastião José, podemos esclarecer dois pontos principais. Em solo bretão, aproveitou o quanto possível o conhecimento adquirido sobre economia. Observou atentamente como fora se consolidando a superioridade comercial inglesa e como garantiam seus negócios. Ou seja, através de relatórios constantes e observação cuidadosa, viu nos ingleses a forma de administração financeira que lhe parecia mais frutífera. Paralelamente “usou” sua posição para salientar a fraqueza econômica e política que assolava Portugal na sua opinião, como já ressaltado em outro momento. Em última instância, notou como as leis e regulamentos da região eram sólidas e, à sua maneira, regiam a sociedade de maneira racional, ou seja, observou a composição burocrática de um Estado⁴⁰⁶.

O fracasso dele na sua primeira missão internacional abriu um precedente para os outros nobres: era a chance perfeita para “queimar” um rival político que mesmo ainda possuidor de pouca expressão, tinha um seguro amparo na Corte com Azevedo de Coutinho. A oportunidade então era envia-lo para uma missão na qual ele também fosse forçado a falhar, e assim não teria como retornar de cabeça erguida à Lisboa, e assim seria eliminado um aspirante à vida pública lusitana, uma preocupação a menos neste jogo. A Áustria era a nova oportunidade, até mesmo para o próprio Pombal. Mas a pressão da experiência diplomática pesou assustadoramente. Na corte vienense, Sebastião José não foi, efetivamente, um diplomata português como fora na Inglaterra, era antes de tudo um *Emissário*, o que

⁴⁰⁴ MAXWEL, 1996, p. 6

⁴⁰⁵ BRANCO, Camilo Castelo, 1882, p. 42.

⁴⁰⁶ AZEVEDO, João Lúcio. 2004, p. 98.

tornava sua missão muito mais política do que diplomática. O caráter oficial era entregue a Manuel Pereira de Sampaio, que serviu de pesada oposição a Pombal por ele se apresentar como um “fidalgo”, mas principalmente por se tratar de uma pessoa com a qual o cavaleiro não tinha muita influência⁴⁰⁷.

O que esperava em Viena não era nada menos que uma situação extremamente delicada: disputas entre uma Coroa e a Santa Sé. Após a morte de Carlos VI (1685-1740), o do Sacro-Império ficou com sua filha, Maria Teresa. Entretanto, vários outros reinos reclamaram o direito a posse da Coroa austríaca em detrimento da vontade de Carlos VI, o que trouxe ao cenário europeu mais um momento de instabilidade quando Prússia e Inglaterra se aliavam de um lado e França e Áustria se postavam no outro⁴⁰⁸.

E o outro polo era tão preocupante quanto este. Maria Teresa havia estado também em conflito com a Santa Sé, que estaria incomodada, principalmente com a influência política que o império germânico exercia sobre boa parte da península itálica, mas isso não seria motivo suficiente para começar nenhum imbróglio entre os envolvidos⁴⁰⁹, mas a junção dos dois fatores poderia gerar uma grande guerra no período, e Portugal teria sido forçado pelo Vaticano a assumir a mediação à fim de evitar isso, e esta ficou a par, principalmente de Pombal.

Inicialmente, imaginou ser ideal, principalmente para si próprio, que Portugal não tomasse partido ou adiasse o máximo possível a sua presença nas negociações, era tornar os lusitanos “espectadores de luxo”⁴¹⁰, assim não iria levar em seus ombros desagradados com nenhum dos envolvidos. Quando tal posição não mais foi permitida, Carvalho e Melo tomou partido da imperatriz, principalmente por tornar-se amigo próximo de Manuel Teles da Silva (c. 1697 – s/d)⁴¹¹, um português estabelecido em Viena no qual a imperatriz depositava grande confiança. Mas ainda não era o bastante para o “fidalgo”. Viúvo desde 1738, conheceu na Áustria Leonor

⁴⁰⁷SOARES, Teixeira. O Marquês de Pombal. Brasília, ed: UnB, 1983, p. 78.

⁴⁰⁸BARATA, Maria do Rosário. Portugal e a Europa na Época moderna. in TENGARRINHA, José. História de Portugal. 2. ed. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000. p. 120.

⁴⁰⁹DOMINGUES, Mario, 1995, p. 60

⁴¹⁰Idem, p. 67.

⁴¹¹ Não possuímos registros com as datas de nascimento e morte. Entretanto, autores como Kenneth Maxwell, admitem que o conde e o infante D. Manuel tinham idades próximas quando partiram juntos para enfrentar os turcos, o que justifica a data de nascimento, pelo menos.

Ernestina Daun, sobrinha do Marechal Heinrich Richard, o conde de Daun, importante figura na Guerra de Sucessão Austríaca e que gozava de bom prestígio com Maria Teresa⁴¹².

Com duas jogadas, reverteu o jogo à seu favor. Conquistara a simpatia de Maria Teresa e isso possibilitou uma melhora nas relações entre as cortes, sua única e real missão em Viena. Além disso, saiu com mais prestígio que os oficiais lusitanos e muito disso pode ser atribuído ao seu casamento com um membro de uma das famílias que lutavam ao lado da rainha e com seu excelente relacionamento Manuel Teles da Silva, que possuía prestígio na Áustria, local de sua missão e em Portugal, seu berço, a ponto da corte vienense exigir sua presença no processo de reconciliação entre Maria Teresa e Santa Sé⁴¹³.

E aqui temos uma situação curiosa. Nos trabalhos de Nuno Gonçalo, Mafalda Cunha e Maria de Fátima Gouvêa, todos já citados anteriormente, fica evidente a ideia de modificação da mentalidade tradicional, uma suposta racionalização das relações políticas. Os nobres que representariam a corte internacionalmente deveriam ter experiência acumulada para que exercessem bem sua função. E no meio disso temos Sebastião José de Carvalho e Melo, figura de baixa expressão na nobreza que se manteve ativo apenas por apoio familiar e que não apresentou, na sua única oportunidade oficial até o momento, nenhuma qualificação que o fizesse elegível para uma segunda chance.

A questão sepulcral não é apresentar o futuro marquês de Pombal como uma figura de exceção, ou possuidora de uma ilustração rara. Na verdade, a ideia é exatamente oposta. É evidenciar que na Modernidade, por mais que a proposição fosse uma racionalização das relações e instituições administrativas do Reino, a distância entre prática e execução ainda era grande. De fato, méritos sejam atribuídos a Sebastião José, foi de rara habilidade ao aproveitar as oportunidades que teve e os contatos que fez, e no fim, alcançou suas aspirações por mérito, isso é indiscutível. Tanto que ao final de 1749, quando retornara a Lisboa o boato comum era de que, inevitavelmente teria seu nome vinculado à uma das secretários do futuro monarca D. José I.

⁴¹² CORREIA, Patrícia, 2003, p. 213.

⁴¹³ CLUB DE REGATAS GUANABARENSE. O marquês de Pombal – Obra comemorativa do centenário de sua morte. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885, p. 45.

E assim foi. No dia 3 de Agosto de 1750, dois dias depois a sua ascensão ao trono, nomeou Sebastião José de Carvalho e Melo para o cargo deixado por seu tio, o de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra⁴¹⁴ para satisfazer os desejos os desejos do próprio e de sua mãe, mas para próximo de si trouxe duas figuras que acalmariam a nobreza e que seriam de confiança. Para a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino manteve o nome de Pedro da Motta e Silva que fora ministro com D. João V. Por fim, trouxe para perto de si o abade Diogo de Mendonça Corte-Real, sobrinho do ministro de mesmo e cujo pai também serviu durante o período joanino nomeando-o para a Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos⁴¹⁵.

Conclusão

Após os brevíssimos apontamentos deste trabalho, podemos perceber que Carvalho e Melo, mesmo que não ao cargo estimado inicialmente foi notado pelas famílias mais tradicionais do Reino e era figura ativa na política Josefina no início do reinado deste. Uma nova política com velhas roupagens remendadas. Por mais que sua figura possa não ser marcada por originalidade, certamente será sempre marcada com oportunismo e dedicação. Marco Antônio de Azevedo, D. Luís da Cunha, Manuel Teles da Silva, D. Maria Ana de Áustria, D. José I apenas para citar os nomes mais clássicos, um a um simpatizaram e impulsionaram a carreira de Carvalho e Melo que, em Viena teria conseguido se fazer notar, e foi recompensado por isso.

Estava inserido em uma política centrífuga, onde era normal que os nobres perseguissem sua posição na corte de fora pra dentro. Das possessões longínquas ou menos rentáveis até Lisboa, os nobres disputavam sua posição ferozmente. Sebastião José demonstra uma outra faceta: precisou de fato de experiência. Ingressou nas discussões e na vida pública desde 1733 e prestou serviços à Coroa por 12 anos, quando enfim retornou ao solo lusitano e enfim pôde participar do centro de tomada de decisões, quando já tinha cerca de 50 anos. Não trata-se, portanto de uma figura de exceção, mas sim de uma situação que confirma a regra geral: a Corte de Lisboa não era imediata para nenhum nobre, nem era de fácil

⁴¹⁴MONTEIRO, Nuno. D. José I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006, p. 68.

⁴¹⁵CLUB DE REGATAS GUANABARENSE, 1882, p. 54.

acesso. O empenho, a habilidade e principalmente a experiência eram fatores de desequilíbrio, dos quais D. João V e D. José I souberam aproveitar com maestria.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, João Lúcio. **O marquês de Pombal e sua época**. São Paulo: Alameda, 2004.

BARATA, Maria do Rosário. Portugal e a Europa na Época moderna. in TENGARRINHA, José. **História de Portugal**. 2. ed. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000.

BARROS, Francisco Lobo. **Altos Feitos do Marquez de Pombal**. Lisboa: Typ. de Mattos Moreira & Cardoso, 1882.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOXER, Charles. **O império marítimo português: 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRANCO, Camilo Castello. **Perfil do Marquez de Pombal**. Porto: L.Couto& Ca., 1882.

CLUB DE REGATAS GUANABARENSE. **O marquez de Pombal** – Obra comemorativa do centenário de sua morte. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.

CORREIA, Patrícia. Cronologia Marquês de Pombal (1699-1782). **Camões** - Revista de Letras e Culturas Lusófonas, Lisboa, nº 15-16, 2003.

CUNHA, Mafalda; MONTEIRO, Nuno. Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII. In CUNHA, Mafalda Soares y FRANCO, Juan Hernández (orgs.), **Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica**. Elementos pra uma História Comparativa. Lisboa, Edições Colibri, CIDEHUS - Universidade de Évora, Universidade de Murcia. 2010.

DOMINGUES, Mário. **O Marquez de Pombal**: o homem de sua época. Lisboa:

Romano Torres, 1955.

ELIAS, Norbert. **Sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FIGUEIREDO, Antônio Pereira. **Elogio dos reis de Portugal**. Lisboa: Off. De Simão Thaddeo Ferreira, 1785.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como Projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840 – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português: 1645-1808. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda Baptista e GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KOROBTCHENKO, Julia. **A secretaria de estado dos negócios estrangeiros e da guerra**: A insituição, os instrumentos e os homens (1736-1756). 2011. 198f. Dissertação. FLUL, Universidade de Lisboa.

LOPES, Marcos Antônio. **O imaginário da realeza**: cultura política ao tempo do absolutismo. Londrina: Eduel, 2012.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MONTEIRO, Nuno. **D. José I**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

PRADO, Maria Emília (org.). **Tradição e modernidade no Mundo Ibero-Americano**. Atas do Colóquio Internacional. Rio de Janeiro: CNPq, 2004.